



**REPÚBLICA DE ANGOLA
ASSEMBLEIA NACIONAL**



INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FERNANDO DA PIEDADE DIAS DOS SANTOS, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL E PRESIDENTE DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC, NO SIMPÓSIO SOBRE O LEMA DA 43ª ASSEMBLEIA PLENÁRIA DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC:

“APROFUNDAR A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA ATRAVÉS DA INDUSTRIALIZAÇÃO: O PAPEL DOS PARLAMENTOS”

25 DE JUNHO DE 2018

EXCELENTÍSSIMA SENHORA VICE-PRESIDENTE DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC,

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PRESIDENTES E CHEFES DE DELEGAÇÕES DOS PARLAMENTOS NACIONAIS DA SADC,

EXCELENTÍSSIMO SENHOR REPRESENTANTE DO PARLAMENTO PAN-AFRICANO,

EXCELENTÍSSIMA SENHORA REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA ÁFRICA ORIENTAL,

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO GRUPO REGIONAL DE MULHERES PARLAMENTARES,

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS E SENADORES,

DISTINTOS PRELECTORES,

DIGNÍSSIMOS SECRETÁRIOS-GERAIS DO FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC E DOS PARLAMENTOS NACIONAIS DA SADC,

ESTIMADOS FUNCIONÁRIOS PARLAMENTARES,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

É um prazer desejar-vos as boas vindas a esta sessão em que teremos a possibilidade de abordar o lema central desta Quadragésima Terceira Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC, designadamente ***“APROFUNDAR A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DA SADC ATRAVÉS DA INDUSTRIALIZAÇÃO: O PAPEL DOS PARLAMENTOS”***.

Com efeito, a importância deste tema deve ser vista no contexto de uma abordagem comum e colectiva, em direcção à autodeterminação dos Estados Membros da SADC, um princípio que, de resto, continua a definir o modelo de integração regional da SADC. A esse respeito, recordo que as então lideranças dos Estados da Linha da Frente apoiaram-se mutuamente na sua luta pela emancipação política contra o colonialismo e o apartheid em toda Região. Com efeito, após o alcance das independências dos nossos Estados, a atenção passou a estar centrada na integração económica. É assim que a então Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi estabelecida a 1 de Abril de 1980, em Lusaka, Zâmbia.

Com efeito, de forma a criar a arquitectura necessária para estimular a agenda de integração económica da SADC, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, decidiu transformar a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, na sequência da adopção do Tratado e Declaração da SADC, facto que ocorreu aos 17 de Agosto de 1992, na Namíbia.

EXCELÊNCIAS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

O Tratado da SADC é bastante elucidativo quanto aos objectivos da integração económica, particularmente o Artigo 5.º que, no detalhe, estabelece como tais os seguintes:

- 1) Alcançar o desenvolvimento e crescimento económico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e qualidade de vida dos povos da Africa Austral e apoiar as pessoas socialmente desfavorecidas por meio da integração regional;
- 2) Promover o desenvolvimento sustentável na base da ajuda mutua e interdependência dos Estados Membros;
- 3) Promover e maximizar o emprego e a utilização dos recursos da Região;
- 4) Alcançar uma utilização sustentável dos recursos naturais e uma efectiva protecção do ambiente.

Por conseguinte, à luz do referido Tratado, a SADC estabeleceu metas ambiciosas para a integração económica que vêm espelhadas em vários instrumentos, entre os quais o Protocolo da SADC sobre o Comércio (1996), o Revisto Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento (2015-2020) e a Estratégia e o Roteiro para a Industrialização da SADC (2015-2063). Estas metas incluem a criação de uma Zona de Livre Comércio com a finalidade de apoiar o comércio intra-regional; o estabelecimento de uma União Aduaneira com uma tarifa externa comum; alcançar um Mercado Comum mediante a definição de políticas comuns sobre a regulação da produção; obter uma União Monetária por via da adopção de políticas de convergência macro-económica; assim como, em última instância, o estabelecimento de uma Moeda única, tornando a Comunidade numa União Económica.

EXCELÊNCIAS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Embora a SADC tenha fixado metas para alcançar a integração regional, conforme já referido, todavia existe um fosso enorme entre tais metas e a realidade no terreno. A nossa Região ainda continua a enfrentar muitos desafios socio-económicos que têm dificultado o progresso em direcção à integração económica. Citarei apenas alguns destes desafios, nomeadamente:

- 1) Uma baixa taxa de crescimento económico e que se situa entre 1% e 4%, portanto, muito abaixo das taxas exigidas de 6% a 7%;

- 2) Um largo segmento da população da nossa Região vive com menos de 1 dólar americano por dia;
- 3) A deterioração dos indicadores sociais e relacionados com a pobreza, assim como os elevados níveis de desigualdades, o que sugere que as comunidades mais pobres não têm vindo a beneficiar do crescimento económico registado em alguns dos nossos Estados Membros;
- 4) Taxas elevadas de seroprevalência e um baixo nível de esperança de vida;
- 5) As taxas de crescimento económico são inferiores às taxas de crescimento populacional;
- 6) A dependência excessiva na exportação de matérias-primas como fonte de obtenção de cambiáveis;
- 7) O peso do serviço da dívida que tem contribuído para retardar o crescimento e desenvolvimento económico;
- 8) Baixo índice de industrialização e elevados custos de transportação de matérias-primas e produtos acabados;
- 9) As barreiras comerciais que têm dificultado o comércio intra-regional.

Como se pode depreender, é fácil adivinhar que são as populações mais vulneráveis – especialmente as crianças, jovens e mulheres – quem mais sentem o impacto dos desafios de natureza socio-económica que acabei de mencionar. Este estado de coisas deve preocupar-nos e merecer a nossa devida atenção enquanto Parlamentares e representantes dos povos da Região. Nós devemos, pois, ser parte da solução dos problemas que enfrentam as nossas populações e contribuir decisivamente para a melhoria das suas condições de vida. Não nos esqueçamos que Nós, Parlamentares, devemos prestar contas aos cidadãos eleitores.

EXCELÊNCIAS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Nós congratulamo-nos com o facto de os nossos Governos, sob os auspícios da SADC, colocarem bem alto na sua agenda, o desenvolvimento industrial da nossa Região, tendo, para tal, adoptado uma Estratégia e Roteiro de Industrialização para o período 2015-2063), durante a Cimeira Extraordinária da SADC realizada aos 29 de Abril de 2015, em Harare, Zimbabwe. Assim, com esta Estratégia, a SADC procura tirar partido do desenvolvimento da indústria com a finalidade de diversificar as economias dos Estados Membros, desenvolver a sua capacidade produtiva, assim como gerar empregos como forma de reduzir a pobreza. Finalmente, a Região pretende estabelecer uma economia integrada à escala regional tendo como suporte uma base

industrial diversificada, inovadora e competitiva capaz de contribuir para uma geração sustentável de empregos.

Considero que, na implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização, a Região da SADC deve extrair lições valiosas das economias da Ásia que foram capazes de transitar da condição de países de renda baixa para renda média e, daí, para a de renda alta. Tudo isto, é bom que se reconheça, foi feito através do desenvolvimento do sector de manufacturação que se mostrou como a principal fonte e motor do crescimento económico. Deste modo, tendo como referência o caso asiático, julgo não restarem dúvidas de que a Região da SADC deve afastar-se do actual modelo de crescimento económico baseado no consumo e exportação de commodities e enveredar para o caminho de um desenvolvimento sustentável. Este caminho exige que a SADC edifique infraestruturas económicas sólidas; desenvolva a sua base tecnológica; beneficie das economias em escala e aumente a competitividade das indústrias sobretudo por via do investimento em infra-estruturas de âmbito regional.

EXCELENCIAS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Por tudo isto, posso afirmar, sem qualquer receio de parecer ser contraditório, que o sucesso da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC depende da vontade dos nossos Estados em cooperar e explorar sinergias, individual e colectivamente, tomando partido das fortes afinidades históricas e culturais que partilhamos. Somos, de facto, um só povo e, tal como no passado, em que nos demos as mãos para combater o colonialismo e o apartheid, precisamos do mesmo espírito de irmandade para definir a nossa agenda de integração regional. De resto, a actual tendência de desenvolvimento económico e político mostra-nos claramente que apenas juntos podemos sobreviver aos desafios que nos são impostos pela globalização. Os problemas comuns que enfrentamos são, no dizer de Kofi Annan – antigo Secretário-Geral das Nações Unidas e um filho deste continente – *“problemas sem passaportes”* e exigem, a meu ver, que se coloque a integração regional no centro da geopolítica de qualquer região, incluindo a nossa.

Vou, agora, referir-me ao nosso papel de parlamentares no processo de industrialização da nossa Região. Conforme disse esta manhã, é minha firme convicção que para que a Região da SADC possa alcançar uma ampla integração económica regional, os cidadãos devem ser envolvidos. A integração regional é, afinal, um assunto dos povos. Nós, Parlamentares, enquanto representantes eleitos dos cidadãos da SADC, devemos assegurar que os pontos de vista dos povos sejam reflectidos na agenda económica da SADC e que a nossa Comunidade seja edificada na base de uma ampla participação popular.

Nestes termos, com o mandato constitucional do Fórum Parlamentar da SADC, os seus Membros devem deliberar sobre políticas e estratégias conducentes ao aprofundamento da integração regional e aceleração da industrialização. Além disso, as nossas deliberações podem ser transformadas em propostas concretas de iniciativas legislativas por parte dos Parlamentos Nacionais.

EXCELÊNCIAS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Para facilitar a análise do lema da nossa Assembleia Plenária, temos o privilégio de ouvir distintos oradores. O primeiro será o Dr. Johansein Rutaihwa, do Secretariado da SADC, em representação da Excelentíssima Senhora Secretária Executiva, Dra. Stergomena Lawrence Tax.

O segundo será o Senhor Barney Karoombe.

Assim sendo, convido, agora, os nossos Prelectores a fazerem as suas apresentações, ao que se seguirá, no final de todas elas, de um debate sob a forma de perguntas e respostas.

Muito obrigado!